



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 7/XI (1.ª SL)

Aos 5 dias do mês de Janeiro de 2010, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala Sophia do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 6;
2. Distribuição de iniciativas legislativas;
3. Discussão e votação na especialidade do **Projecto de Lei n.º 51/XI (CDS-PP)** – Inclusão nas bases de dados do IEFP e do MTSS, nos boletins ou publicações temáticas sobre o desemprego, o estado civil do desempregado ou situação equiparada;
4. Apreciação de Projectos de Resolução:
 - ✓ **PJR 8/XI (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que tome as medidas urgentes para incluir nas bases de dados do IEFP e do MTSS o estado civil do desempregado, ou situação equiparada, de forma a que se possa saber quantos membros do mesmo agregado familiar se encontram em situação de desempregado;
 - ✓ **PJR 19/XI (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que legisle de modo a criar a Câmara dos Designers;
 - ✓ **PJR 32/XI (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que legisle de modo a permitir a passagem à reforma dos desempregados com mais 55 anos, findo o período máximo de percepção das prestações relativas ao desemprego, sem aplicação do factor de redução no seu cálculo;
 - ✓ **PJR 41/XI (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que altere as normas de aplicação do factor de sustentabilidade da Segurança Social;
 - ✓ **PJR 43/XI (PCP)** - Actualização extraordinária das pensões para 2010;
 - ✓ **PJR 44/XI (PSD)** - Alteração da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social.
5. Outros assuntos.



O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Ramos Preto (PS), iniciou a reunião colocando a acta n.º 6 à consideração dos Senhores Deputados. A acta foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) foi designada autora do parecer do Projecto de Lei n.º 112/XI (CDS-PP) – Alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, altera as normas de aplicação do factor de sustentabilidade da Segurança Social.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) pediu a palavra para apresentar sucintamente a razão de ser do Projecto de Lei n.º 51/XI (CDS-PP) no sentido de ser incluído o estado civil do desempregado ou situação equiparada nas bases de dados do Instituto do Emprego e da Formação Profissional e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nos boletins ou publicações temáticas sobre o desemprego, esclarecendo que há mais de 20% de casos em que, num mesmo agregado familiar, ambos os cônjuges estão desempregados.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) pediu a palavra para registar que, apesar de não ter sido marcado qualquer prazo para apresentação de propostas de alteração, o Grupo Parlamentar do PCP irá apresentar uma proposta de aditamento de um novo n.º 2 do artigo 1.º, do seguinte teor: "2 - A informação prestada pelo desemprego é confidencial e apenas pode ser usada para fins estatísticos e para majoração de prestações, nos casos em que a lei assim o determine." Por outro lado, suscitou a questão da necessidade de solicitar parecer à Comissão Nacional de Protecção de Dados, que, em sua opinião, deveria ser formulado pela Comissão.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) pediu de novo a palavra para dizer que, como já tinha sido referido pelo Deputado Pedro Mota Soares na discussão, na generalidade, em Plenário, daquele projecto de lei, não é necessário o parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados, porque os impressos referentes ao pedido de subsídio de desemprego contêm, no quadro n.º 5, indicação para preencher obrigatoriamente os dados referentes à "composição e rendimento do agregado familiar".

Em sentido contrário manifestaram-se as Senhoras Deputadas Maria José Gamboa e Anabela Freitas (PS), reiterando a pertinência e necessidade de ser solicitado o competente parecer à Comissão Nacional de Protecção de Dados.



O Senhor Presidente constatou então que, face às considerações apresentadas pelos diversos grupos parlamentares, o processo de discussão e votação, na especialidade, do Projecto de Lei n.º 51/XI (CDS-PP) deveria ser adiado para permitir o estabelecimento do prazo de oito dias para apresentação de propostas de alteração e a ponderação da necessidade de solicitar parecer sobre aquela matéria à Comissão Nacional de Protecção de Dados, o que foi aceite por consenso.

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) solicitou o adiamento da apreciação dos Projectos de Resolução n.ºs 8/XI (CDS-PP), 32/XI (CDS-PP) e 41/XI (CDS-PP), agendados para aquela reunião, não tendo havido oposição por parte dos Deputados presentes.

O Senhor Presidente informou que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento no sentido de solicitar que o Projecto de Resolução n.º 44/XI (PSD) fosse agendado para Plenário, pelo que naquela reunião apenas seriam apreciados os Projectos de Resolução n.ºs 19/XI (CDS-PP) e 43/XI (PCP).

De seguida, teve lugar, nos termos regimentais, a apreciação do Projecto de Resolução n.º 19/XI (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que elabore um estudo tendente à criação da Câmara dos Designers, na qual intervieram, a diverso título, os Senhores Deputados Teresa Caeiro e Artur Rêgo (CDS-PP), que chamou a atenção para a necessidade de o título daquele projecto de resolução ser adequado ao respectivo conteúdo, Jorge Machado (PCP), Maria José Gamboa (PS) e Maria das Mercês Soares (PSD). Posteriormente será elaborada uma informação, que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.

Do mesmo modo decorreu, nos termos regimentais, a apreciação do Projecto de Resolução n.º 43/XI (PCP) – Actualização extraordinária das pensões para 2010, na qual intervieram, a diverso título, os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Artur Rêgo (CDS-PP), Maria das Mercês Soares (PSD), Sónia Fertuzinhos (PS) e Mariana Aiveca (BE). Posteriormente será elaborada uma informação, que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.



No quinto ponto da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade a redacção final do texto da resolução que recomenda ao Governo a monitorização da aplicação do factor de sustentabilidade na determinação do montante das pensões, de modo a prevenir a ocorrência de consequências socialmente injustas para os pensionistas, tendo sido aceites as sugestões de redacção constantes da Informação n.º 192/DAPLEN/2009, de 21 de Dezembro.

No último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que, na próxima semana, devido à realização das jornadas parlamentares do PCP nos dias 12 e 13 de Janeiro, não seria convocada reunião da Comissão, a qual terá lugar no dia 20 de Janeiro, quarta-feira.

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de Janeiro de 2010.

O PRESIDENTE



(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Francisca Almeida
Jorge Machado
José Pereira Marques
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Maria José Nogueira Pinto
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Ramos Preto
Sónia Fertuzinhos
Teresa Santos
Abel Baptista
Isabel Coutinho
João Paulo Pedrosa
José Rui Cruz
Teresa Caeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Custódia Fernandes
Jorge Strecht

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Pedro Mota Soares